

## Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

### EDITORIAL

É com muita alegria que o Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena está lançando este **Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará**, que tem o objetivo de promover a troca de informações e fortalecer a articulação entre os povos indígenas que vivem no Amapá e Norte do Pará. Com essa iniciativa esperamos contribuir para divulgar e valorizar a diversidade de culturas e ambientes que formam esta região.

Nossa proposta editorial é que cada **Boletim** apresente uma matéria principal sobre um assunto importante para as comunidades indígenas do Amapá e Norte do Pará. Neste primeiro número, escolhemos como tema o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT. A matéria fala sobre a importância do parque, sobre os objetivos deste tipo de Unidade de Conservação (UC) e sobre os caminhos existentes para que as comunidades que vivem em seu entorno (incluindo as comunidades indígenas) participem de sua gestão.

Uma segunda parte do **Boletim** apresenta informações a respeito de projetos e iniciativas voltados para a melhoria das condições de vida dos

povos indígenas do Amapá e norte do Pará. Para este primeiro número, contamos com a colaboração de representantes das associações indígenas Apitikatxi e Apina, que enviaram notícias importantes para serem compartilhadas. Acreditamos que este **Boletim** possa contribuir para uma maior articulação regional entre os povos indígenas do Amapá e Norte do Pará e para a inserção qualificada destes nas políticas públicas a eles dirigidas.

Esperamos poder contar cada vez mais com a colaboração indígena para a elaboração do **Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará**, que deverá ser feito com e para as comunidades indígenas do Amapá e Norte do Pará. Este Boletim será publicado a cada três meses e distribuído a todas as aldeias da região, com apoio das organizações indígenas. Ele está aberto à contribuição das comunidades e associações indígenas que queiram divulgar informações sobre trabalhos em andamento e sobre questões importantes para a melhoria dos modos de vida indígena nesta região.

Boa leitura.  
**Equipe do Iepé**



Claudia Funi/Iepa, 2005



Claudia Funi/Iepa, 2005

Região do Mapaoni, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque



## O PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E A BIODIVERSIDADE

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é uma grande área no noroeste do Amapá que faz limite com as Terras Indígenas Wajãpi e Parque Indígena do Tumucumaque. Ele foi criado legalmente em 2002 e tem como objetivo principal a preservação dos ecossistemas naturais. Ele tem 38.770 km<sup>2</sup> e inclui parte dos municípios de Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Calçoene e Oiapoque, no Amapá, e uma faixa do município de Almeirim, no Pará. Faz limite, ainda, com outras Unidades de Conservação, como a Floresta Nacional do Amapá e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Juntas, essas áreas formam um grande “corredor”, que permite a livre circulação das espécies de seres vivos e ajuda a preservar a alta biodiversidade vegetal e animal existente nas florestas do Amapá e norte do Pará.

De acordo com a legislação brasileira, os Parques Nacionais são considerados Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral. Isso quer dizer que ninguém pode provocar mudanças na

sua paisagem, nem nos seus recursos ambientais, como os rios, o solo, o ar, a vegetação, os animais, o subsolo. Quando se fala em “proteção integral”, significa que não é permitida a coleta de frutos, flores, plantas, pedras ou animais, nem o consumo e o uso dos recursos naturais disponíveis. No Brasil, os Parques Nacionais são de posse e domínio públicos, ou seja, seus donos são todos os cidadãos brasileiros, representados pelo governo federal. A administração desses Parques é responsabilidade do Ibama.

### Biodiversidade

Levantamentos preliminares comprovaram que existe uma biodiversidade muito grande dentro da área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Em cinco expedições de reconhecimento, os pesquisadores registraram cerca de 1.341 espécies de plantas e animais. Algumas dessas espécies só foram encontradas até agora no Amapá, e outras nunca tinham sido encontradas antes no Brasil.

Áreas de proteção ambiental, como o PNMT, vêm sendo criadas porque em muitos lugares uma

grande variedade de animais e de vegetais está desaparecendo. Isso acontece devido ao avanço da ocupação e exploração das florestas, que continuam sendo derrubadas para a plantação de monoculturas, como a soja e o eucalipto, e para a criação de gado, entre outras atividades. Este Parque foi criado no Amapá porque a região foi identificada por especialistas como área prioritária para conservação. Com a criação do PNMT, o Brasil tenta proteger as nascentes dos principais rios do Amapá (Oiapoque, Jari e Araguari) e garantir que uma parte representativa da Amazônia seja conservada, permitindo que todas as suas muitas espécies de seres vivos continuem existindo, sem ser ameaçadas pela ação do homem.

Os povos indígenas da região do Amapá e norte do Pará contribuíram para a existência dessa grande biodiversidade na área do PNMT. É bom lembrar que antes da definição de limites para as terras indígenas, as populações indígenas que moram na região habitavam e circulavam na área que foi transformada em Parque. Alguns pesquisadores já mostraram que as populações indígenas contribuem para o aumento da diversidade vegetal dos territórios onde elas vivem e onde mantêm seu jeito tradicional de mudar o local das aldeias. Isso acontece porque os agricultores indígenas costumam selecionar diversas variedades de plantas e transportá-las para os locais onde fundam novas aldeias, abrem novos caminhos, plantam novas roças e manejam suas capoeiras.

O Plano de Manejo do PNMT ainda está em preparação. Para sua elaboração, estão sendo feitos diversos estudos sobre a variedade de plantas e animais encontrados no Parque, sobre a história e o modo de vida das pessoas que habitam a região. Estes levantamentos começaram em 2004 e agora os seus resultados estão sendo apresentados para as pessoas e as instituições interessadas.

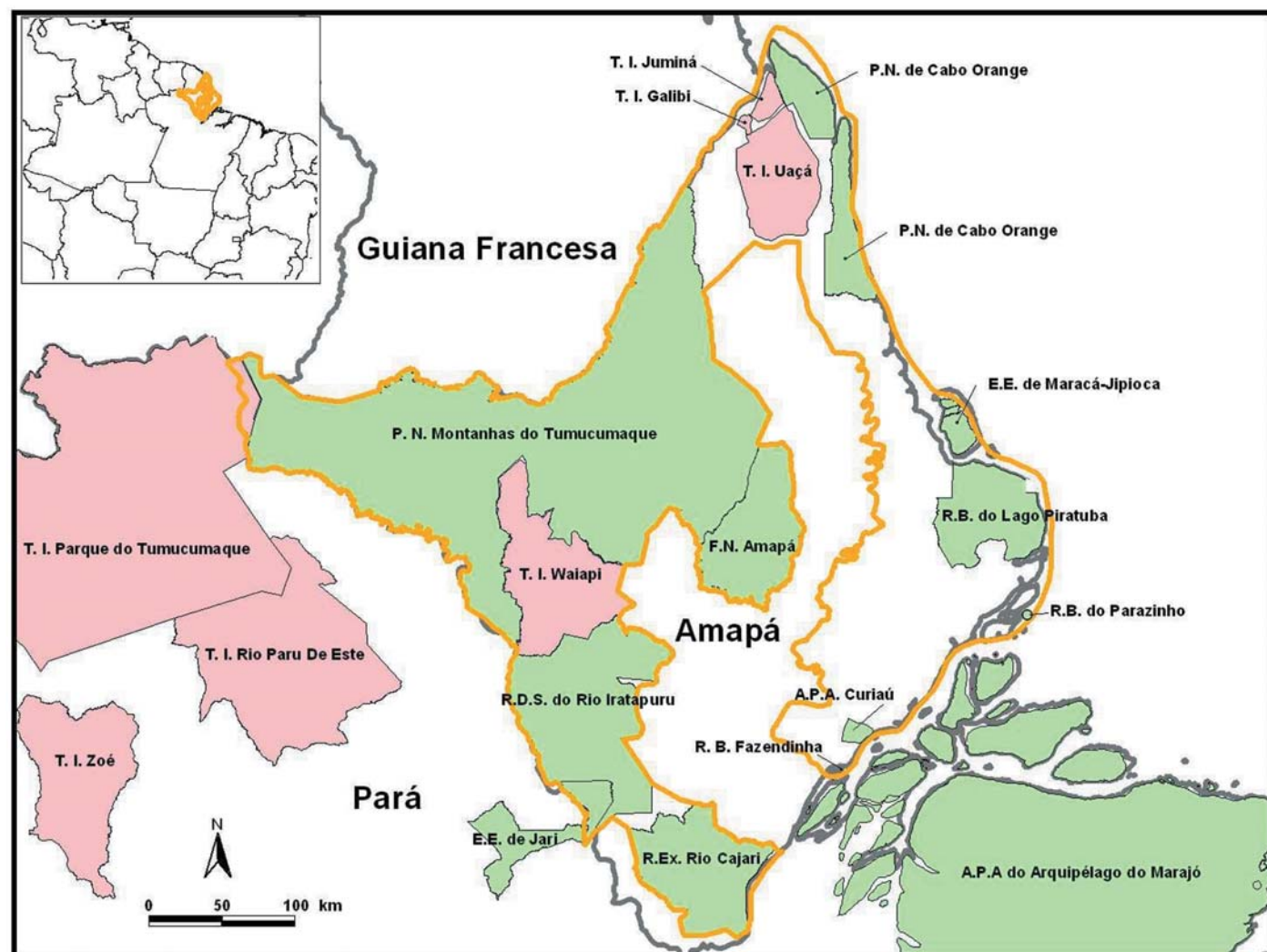
### Conselho Consultivo

As regras para utilização dos Parques Nacionais devem ser discutidas com os membros de seu Conselho Consultivo. Este Conselho é formado pelas associações das populações que residem no entorno do Parque, como os índios, os ribeirinhos e os agricultores, por órgãos do governo e por outras organizações não-governamentais que atuam na região. O Ibama decide como e

para quem as pessoas podem entrar no Parque, indicando os lugares que poderão ser visitados por turistas ou para pesquisas científicas. As regras para a utilização do Parque, assim como suas relações com as comunidades que vivem no seu entorno, fazem parte de um documento chamado Plano de Manejo. Essas comunidades contribuem com informações para a elaboração deste Plano, participando de reuniões e oficinas organizadas pelo Ibama.

O Conselho Consultivo do PNMT foi definido a partir de uma reunião realizada em outubro de 2004, em Serra do Navio, quando representantes da sociedade e do governo discutiram e definiram quem seriam os membros do Conselho. O atual Conselho é paritário, ou seja, tem o mesmo número de representantes das organizações da sociedade civil e dos órgãos governamentais. É composto por 30 membros, incluindo representantes de todos os municípios abrangidos pelo Parque e representantes dos governos federal, estaduais e municipais. Cada instituição que faz parte do Conselho indicou dois representantes, sendo um titular e um suplente. A reunião de posse do Conselho Consultivo ocorreu em Macapá, no dia 02 de junho de 2005, quando também foram aprovadas as regras de funcionamento do Conselho. Os povos indígenas são representados pelo Apina, que indicou o Iepé como seu suplente, e pela Apitu. A Funai também faz parte do Conselho, como suplente do Incra.

As principais funções do Conselho Consultivo são promover o envolvimento da população que vive no entorno com os objetivos do Parque e acompanhar a elaboração e a implantação do seu Plano de Manejo. É esse Plano que orienta o gerenciamento do Parque e indica medidas necessárias para o desenvolvimento sustentável da região.



Mapa corredor da biodiversidade



Rio Mutum, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque



## APITIKATXI TRABALHA PARA FORTALECER NOVAS ALDEIAS TIRIYÓ E KAXUYANA

A Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikuyana – Apitikatxi, criada há 2 anos, está desenvolvendo um projeto para fortalecer as aldeias Pedra da Onça, Santo Antônio e Boca do Marapi. O projeto, financiado pelo PDPI, nasceu da constatação de que os principais problemas que elas enfrentavam diziam respeito a dificuldades de acesso, transporte e de obtenção de mel. A expectativa das comunidades é que o projeto contribua para a sua autonomia por meio da produção de canoas de madeira, manejo de mel silvestre e capacitação dos participantes.

O projeto iniciou-se em setembro de 2006 com um curso de capacitação, em Macapá, dos gestores do projeto, coordenado por Viviane (PDPI) e Valéria Tiriyo (Coiab) e com a visita de um técnico (Tiago Maika) à área indígena para orientar na captura de enxames na floresta e na montagem das caixas para produção de mel. Em uma próxima etapa, representantes das aldeias e da Apitikatxi participarão de um intercâmbio em Presidente Figueiredo, Amazonas, para aprender sobre meios de embalagem e comercialização de mel. Uma cartilha bilíngüe sobre criação de abelhas será elaborada.

Especialistas na fabricação de canoas que vivem na Missão Tiriyo irão capacitar membros das aldeias Pedra da Onça e Santo Antônio, para produzir canoas que ficarão à disposição das aldeias. Isto vai permitir uma expedição até Oriximiná, Pará, para verificação do acesso pelo rio Paru d'Oeste e da possibilidade de diminuir a dependência do avião. **(Juventino Kaxuyana, presidente da Apitikatxi)**



Tiago Maika, 2006

Transferência de uma colméia silvestre para um meliponário (caixa), aldeia Santo Antônio

## CONCLUÍDA A RECUPERAÇÃO DA PISTA DE POUSO DA ALDEIA OKAKAI

Finalmente a pista de pouso da aldeia Okakai, que fica no limite norte da TI Wajãpi, foi recuperada. No dia 12 de dezembro, a Funai mandou um avião para testar a pista. O trabalho de recuperação foi feito por nós mesmos, com o apoio do Ibama, da Funai e da Funasa. Em novembro um helicóptero do Ibama levou um técnico da Funai e dois Aparai para nos ajudar, um técnico em enfermagem da Funasa e ferramentas que a Funai comprou.

A pista de pouso da aldeia Okakai é muito importante para nós porque servirá para termos um posto de saúde e um técnico em enfermagem nesta aldeia, que fica muito longe da estrada. Nós queremos ocupar a região do Okakai porque lá tem muita fartura de caça e porque assim podemos fazer a vigilância do norte da TIW e do PNMT. Nessa região existem muitos garimpos, e é por isso que o Ibama se interessou em apoiar nossas atividades de fiscalização.

Essa pista foi aberta faz muitos anos pelos garimpeiros, que a chamavam de Monte Negro. Quando nós descobrimos esta pista, nós expulsamos os garimpeiros e queimamos o avião deles, e por isso demos o nome de Okakai (casa queimada). Logo depois que expulsamos todos os garimpeiros da nossa terra, iniciamos o trabalho de demarcação e de vigilância, com apoio do PPTAL. No final do projeto, em 2002, nós avaliámos que a recuperação da pista de pouso de Okakai e a construção de uma pista na aldeia Kamuta (limite oeste) eram importantes para ajudar no controle territorial e começamos a pedir apoio para fazer este trabalho.

Em abril de 2005 nós escrevemos o documento “Como é o nosso jeito de viver e como planejamos o nosso futuro” para cobrar apoio e explicar para todos os órgãos do governo porque para nós é importante mudar para aldeias novas nos limites da nossa terra. E pedimos ajuda para a reforma e construção de pistas de pouso. Até o final de 2005, ainda não tínhamos conseguido as nossas reivindicações. Então, fizemos outro documento em 2006, para continuar cobrando. A Procuradoria da República também nos ajudou a cobrar dos outros órgãos do governo. Nós lutamos muito para conseguir começar o trabalho na aldeia Okakai e estamos muito felizes porque agora conseguimos nosso objetivo! **(Patena, Muru e Kumaré Wajãpi - Conselho das Aldeias Wajãpi / Apina)**



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Equipe de edição: Giselle P. Lopes, Luís Donisete Benzi Grupioni, Priscila Matta

Colaboração: Kleber Luiz dos Santos Karipuna, Lúcia Szmrecsanyi, Simone Ribeiro  
Projeto Gráfico e Diagramação: Catherine J. S. Gallois

Escritório do Iepé em Macapá:  
Avenida Ataíde Teive, 525 - Bairro Trem  
68.906-270 - Macapá - AP  
Tel (96) 3223 7633 - Fax (96) 3223 2052  
E-mail: iepemacapa@uol.com.br

Apoio:

